

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 31 de março de 2021



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	7
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2021	14



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio** (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações trimestrais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia: (i) incorreu no prejuízo de R\$ 78.347 mil durante o trimestre findo em 31 de março de 2021, situação agravada pela queda na receita operacional da crise provocada pelo Coronavírus; e (ii) naquela data, o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante em R\$ 78.642 mil. Esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos naquela nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da administração com relação a esses assuntos estão descritos na Nota explicativa nº 1.2. As informações contábeis intermediárias não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2021	31/12/2020
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	142.147	15.487
Aplicações financeiras	4	18.043	49.259
Contas a receber	5	7.220	10.866
Estoques	6	79.205	79.051
Tributos a recuperar	7.a	6.127	8.788
Adiantamentos		13.608	16.683
Partes relacionadas	8	70	70
Outros		36	36
Total do ativo circulante		<u>266.456</u>	<u>180.240</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	-	7.240
Contas a receber	5	9.834	9.832
Tributos a recuperar	7.a	6.055	6.036
Impostos diferidos	7.b	193.940	154.332
Partes relacionadas	8	30	30
Depósitos judiciais	14	29.227	26.994
Imobilizado	9	46.582	49.260
Intangível	10	2.029.095	2.056.789
Total do ativo não circulante		<u>2.314.762</u>	<u>2.310.513</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.581.219</u></u>	<u><u>2.490.753</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE			
Fornecedores	11	89.485	105.105
Empréstimos e financiamentos	12	-	263.703
Debêntures	12	109.302	671.720
Tributos a recolher	7.c	1.710	1.772
Obrigações com empregados e administradores		23.560	21.269
Dividendos e Juros sobre capital próprio	8/15.c	2.557	2.557
Adiantamentos de clientes		22.308	21.807
Partes relacionadas	8	96.175	32.709
Total do passivo circulante		<u>345.098</u>	<u>1.120.642</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	-	119.484
Debêntures	12	1.120.580	-
Partes relacionadas	8	-	58.447
Tributos a recolher	7.c	266	227
Concessão de serviço público	13	17.900	17.219
Provisão para riscos processuais	14	32.747	31.728
Receita diferida		1.966	2.168
Outros		3.398	3.228
Total do passivo não circulante		<u>1.176.857</u>	<u>232.501</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.a	1.367.160	1.344.160
Prejuízos acumulados		<u>(307.897)</u>	<u>(229.550)</u>
Patrimônio Líquido		1.059.263	1.114.610
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.e	-	23.000
Total do patrimônio líquido		<u>1.059.263</u>	<u>1.137.610</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.581.219</u></u>	<u><u>2.490.753</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita operacional líquida	16	100.865	176.221
Custo dos serviços prestados	16	<u>(132.915)</u>	<u>(135.185)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		<u>(32.050)</u>	<u>41.036</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(39.326)	(44.903)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	<u>960</u>	<u>210</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>(70.415)</u>	<u>(3.657)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	6.394	18.183
Despesas financeiras	17	<u>(53.933)</u>	<u>(26.651)</u>
Total		<u>(47.539)</u>	<u>(8.468)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(117.954)	(12.125)
Imposto de renda e contribuição social	7.d	<u>39.608</u>	<u>5.783</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	1.720
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>39.608</u>	<u>4.063</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(78.347)</u>	<u>(6.342)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais)	18	<u>(0,054)</u>	<u>(0,004)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>1.344.160</u>	<u>-</u>	<u>538</u>	<u>1.472</u>	<u>-</u>	<u>1.346.170</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.342)</u>	<u>(6.342)</u>
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020	<u>1.344.160</u>	<u>-</u>	<u>538</u>	<u>1.472</u>	<u>(6.342)</u>	<u>1.339.828</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>1.344.160</u>	<u>23.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(229.550)</u>	<u>1.137.610</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>23.000</u>	<u>(23.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(78.347)</u>	<u>(78.347)</u>
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	<u>1.367.160</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(307.897)</u>	<u>1.059.263</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2020</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(78.346)</u>	<u>(6.342)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>(78.346)</u></u>	<u><u>(6.342)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receitas		109.658	184.727
Prestação de serviços	16	104.960	181.796
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		(54)	553
Outras receitas		4.752	2.378
Insumos adquiridos de terceiros		(82.371)	(80.215)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		(144)	(17)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(81.425)	(79.855)
Outros custos		(802)	(343)
Valor adicionado bruto		27.287	104.512
Retenções		(40.060)	(39.701)
Depreciação e amortização	9 e 10	(40.060)	(39.701)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(12.773)	64.811
Valor adicionado recebido em transferência		6.394	18.183
Receitas financeiras	17	6.394	18.183
Total do valor adicionado a distribuir		(6.379)	82.994
Distribuição do valor adicionado		(6.379)	82.994
Pessoal e encargos		44.041	53.111
Remuneração direta		28.663	34.105
Benefícios		13.143	15.184
FGTS		1.902	3.337
Outros		332	485
Impostos, taxas e contribuições		(31.119)	7.019
Federais		6.050	2.610
Estaduais		481	996
Municipais		1.959	3.413
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(39.608)	-
Remuneração capital de terceiros		59.045	29.206
Juros		39.639	21.160
Aluguéis		535	576
Outras		18.871	7.470
Remuneração de capital próprio		(78.347)	(6.342)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(78.347)	(6.342)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2021	31/03/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes dos impostos e contribuição		(117.954)	(12.125)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	9 e 10	40.060	39.701
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	6.480	2.264
Provisão (reversão) para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	5	54	(553)
Variações monetárias e encargos, líquidos	17	38.411	18.756
Provisão (reversão) para riscos processuais		1.019	(457)
Outros		(10)	295
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	3.600	5.332
Estoques	6	(154)	458
Tributos a recuperar	7	(36.965)	(2.861)
Depósitos judiciais		(2.233)	(3.990)
Adiantamentos		3.075	1.546
Outros		-	(2)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	(14.555)	(42.279)
Obrigações com empregados e administradores		2.291	2.570
Tributos a recolher	7	39.585	3.856
Receita diferida		(202)	(29)
Adiantamentos		501	(6.792)
Parte relacionada	8	5.019	(2.136)
Obrigações com poder concedente		850	654
Outras obrigações e contas a pagar		-	(186)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividade operacionais		<u>(31.127)</u>	<u>4.022</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	9	(92)	(425)
Aquisição de intangível	10	(17.140)	(27.167)
Aplicações financeiras	12	<u>61.648</u>	<u>(11.007)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento		<u>44.416</u>	<u>(38.599)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	1.200.000	18.000
Custo de captação	12	(83.725)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(960.518)	(16.109)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	<u>(42.386)</u>	<u>(54.748)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>113.371</u>	<u>(52.857)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>126.660</u>	<u>(87.434)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	15.487	162.955
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>142.147</u>	<u>75.521</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>126.660</u>	<u>(87.434)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, ocorreu a incorporação da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. por Megapar Participações S/A, que assumiu a denominação social da Companhia que passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o

período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

Os direitos emergentes do Contrato de Concessão são classificados como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de Concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de operação e manutenção, firmado entre o MetrôRio, Metrôbarra S.A. (“Metrôbarra”), Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde a Companhia fica incumbida de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço.

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão atualmente de 12,7 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

1.2. Efeitos da pandemia da COVID-19 e continuidade operacional da Companhia

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia foram duramente afetados e à medida que a crise se estende, a situação se agrava. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Dessa forma, em 31 de março de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 78.642 e prejuízo da ordem de R\$78.347. Este prejuízo está, substancialmente, relacionado a queda

dos resultados operacionais, consequência da crise provocada pelo Coronavírus, quando comparado com o mesmo período de 2020, que pode ser observada no quadro abaixo:

(Passageiros mil)			
COMPANHIA	1T21	1T20	%
METRÔRIO	21.298	40.858	(48%)

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de custos e despesas e que tendem a ser ampliados ao longo dos próximos meses.

Até o momento da divulgação dessas Demonstrações Contábeis, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação à uma implementação bem sucedida do plano de vacinação contra a COVID-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio.

Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria da Invepar, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira das Companhias. O Comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível.

b1) Medidas e ações de curto prazo:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Postergação de pagamentos junto ao BNDES: Adesão, a partir de 15 de abril de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial. O MetrôRio conseguiu a postergação por mais 6 meses, contados a partir de outubro de 2020, o qual foi integralmente quitado em 17 de fevereiro de 2021.
- Reestruturação da 8ª emissão de debêntures do MetrôRio: Prorrogação para abril de 2021 do início do pagamento de juros e amortizações mensais da 8ª emissão de debêntures do MetrôRio, gerando fôlego adicional ao caixa.

- Emissão de debêntures: Em 15 de janeiro de 2021 o MetrôRio emitiu 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 1.200.000. A captação dos recursos ocorreu em 10 de fevereiro de 2021 em seu montante integral. Essas debêntures tem prazo de vigência de 10 (dez) anos e 11 (onze) meses contados da data de emissão, vencendo-se portanto em 15 de dezembro de 2031. Os recursos desta emissão foram destinados ao pagamento de parte substancial das dívidas do MetrôRio.

b2) Soluções para o médio e longo prazo:

- Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes buscando restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.
- Acordo de Reestruturação do Grupo Invepar: Após as aprovações em 28 de setembro de 2020 em Assembleias Gerais de Acionistas e de Debenturistas, foi assinado um Acordo de Reestruturação que prevê uma solução definitiva para a estrutura de capital da Invepar, com redução significativa da dívida, envolvendo a sua troca por participações em empresas do Grupo. O desenho definitivo desta reestruturação ainda está em construção e está sujeito a uma série de condições precedentes e aprovações regulatórias. O Acordo de Reestruturação é um passo importante para uma solução definitiva para o passivo financeiro do Grupo.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 12 de maio de 2021.

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020”), publicadas na imprensa oficial em 30 de março de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

2.1. Novas normas e pronunciamentos ainda não adotadas

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	10.356	7.978
Aplicações financeiras (a)	131.791	7.509
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>142.147</u>	<u>15.487</u>

- (a) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB – Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média 95,00 % do CDI (95,00% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Indexador	31/03/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras				
Fundo cambial exclusivo (a)		DÓLAR	-	49.259
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	95%	DI	18.043	-
Total circulante			<u>18.043</u>	<u>49.259</u>
Aplicações financeiras vinculadas	95,58%	DI		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)			-	7.240
Total não circulante			<u>-</u>	<u>7.240</u>
Aplicações financeiras			<u>18.043</u>	<u>56.499</u>

- (a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) foram alocados em conta bancária específica e resgatados para liquidação do mesmo.
- (b) Em 31 de março de 2021, essas aplicações são reservas financeiras para pagamento de empréstimos e financiamento no curto prazo. As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$7.240 em 31 de dezembro de 2020 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de março de 2021, a Companhia registrou o saldo de Modicidade tarifária, em conta contábil específica, para fins de fiscalização do Estado, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, no total de R\$44.887.

5. CONTAS A RECEBER

	31/03/2021	31/12/2020
Circulante		
Vendas de passagens (a)	2.202	4.402
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	9.588	11.003
Outros	862	849
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(5.432)	(5.388)
Total circulante	7.220	10.866
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	16.276	16.273
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(9.510)	(9.510)
Outros	3.068	3.069
Valores a receber - ET-Pós (d)		
Recebíveis do GERJ (d)	28.397	28.397
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (d)	(28.397)	(28.397)
Total não circulante	9.834	9.832
Total do contas a receber	17.054	20.698

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo. As gratuidades estudantis vêm sendo recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas;
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET- Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão.

A Companhia revisou sua política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
31 de março de 2021	60.393	(43.339)	6.950	201	188	39	60	42	18	52.896
31 de dezembro de 2020	63.993	(43.295)	9.855	477	111	67	545	14	46	52.878

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	31/03/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(43.295)	(33.623)
Adições	(16.100)	(54.924)
Reversões	16.056	45.252
Saldo no fim do exercício	<u>(43.339)</u>	<u>(43.295)</u>

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

6. ESTOQUES

	31/03/2021	31/12/2020
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	78.475	78.320
Importação em andamento	730	731
Total	<u>79.205</u>	<u>79.051</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/03/2021	31/12/2020
Antecipação de Imposto de renda e contribuição social (a)	27	5.595
Saldo negativo de Imposto de renda e Contribuição social (b)	5.666	1.768
PIS e COFINS (c)	322	1.313
Outros	112	112
Circulante	<u>6.127</u>	<u>8.788</u>
Saldo negativo de Imposto de renda e Contribuição social (b)	6.055	6.036
Não circulante	<u>6.055</u>	<u>6.036</u>

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(b) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.

(c) Créditos de PIS e COFINS sobre os insumos na prestação de serviços.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo fiscal	118.225	90.088
Base negativa da contribuição social	42.782	32.583
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	14.735	14.721
Participação nos lucros e resultado (PLR)	578	558
Provisão para riscos processuais	11.134	11.698
Provisões não dedutíveis	6.729	6.123
Amortização do ágio abr a nov/09	4.417	4.483
Outros diferidos ativos	2.385	2.406
Total do ativo fiscal diferido	<u>200.985</u>	<u>162.660</u>
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização do direito de concessão	(4.852)	(4.932)
Custo de captação	-	(33)
Outros diferidos passivos	(533)	(1.703)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(7.045)</u>	<u>(8.328)</u>
Total	<u><u>193.940</u></u>	<u><u>154.332</u></u>

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativo de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

<u>Anos</u>	<u>31/03/2021</u>
2024	6.855
2025	16.807
2026 em diante	<u>177.323</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	200.985
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(7.045)</u>
Total dos impostos diferidos	<u><u>193.940</u></u>

c) Tributos a recolher

	31/03/2021	31/12/2020
ISS	775	747
IRRF e CSRF	365	360
Taxa Agetransp	-	502
INSS sobre terceiros	496	163
Outros	74	-
Circulante	<u>1.710</u>	<u>1.772</u>
PIS e COFINS	187	187
INSS CPRB	79	40
Não circulante	<u>266</u>	<u>227</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/03/2021	31/03/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(117.954)	(12.125)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	40.104	4.123
Adições permanentes	(496)	(60)
Recuperação de créditos (*)	-	1.720
Total dos impostos no resultado	<u>39.608</u>	<u>5.783</u>
Recuperação de créditos	-	1.720
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	-	1.720
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	39.608	4.063
Total dos impostos no resultado	<u>39.608</u>	<u>5.783</u>

(*) Em 31 de março de 2020, o saldo de recuperação de créditos refere-se ao processo judicial de dedução do programa de alimentação ao trabalhador (PAT) da base de cálculo do lucro tributável.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

31/03/2021								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Despesa		
LAMSA	Debêntures (a)	Coligada	-	-	88.909			(1.844)
LAMSA	Compartilhamento de despesas (c)	Coligada	-	-	33			-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (c)	Controladora	70	-	37.695			(5.015)
INVEPAR	AVAL (b)	Controladora	-	-	58.447			-
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	-	2.557			-
METROBARRA	Compartilhamento de despesas (c)	Coligada	-	30	-			-
INVP FIDC	Fornecedores (d)	Coligada	-	-	15.297			-
Total			70	30	202.939			(6.859)

31/12/2020								31/03/2020
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
LAMSA	Debêntures (a)	Coligada	-	-	93.280	-	(2.112)	
LAMSA	Compartilhamento de despesas (c)	Coligada	-	-	33	-	-	
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (c)	Controladora	70	-	32.676	-	(9.698)	
INVEPAR	AVAL (b)	Controladora	-	-	-	58.447	(4.552)	
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	-	2.557	-	-	
METROBARRA	Compartilhamento de despesas (c)	Coligada	-	30	-	-	-	
INVP FIDC	Fornecedores (d)	Coligada	-	-	35.257	-	-	
Total			70	30	163.803	58.447	(16.362)	

- (a) Debêntures: Conforme descrito na Nota explicativa 12 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.
- (b) Garantias firmadas entre a Companhia e a Invepar (aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia.
- (c) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (d) INVP FIDC: Referentes a Direitos Creditórios que os fornecedores adiantaram seus recebíveis junto ao Invp Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. Vide Nota Explicativa 11.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

Composição	31/03/2021	31/03/2020
Pró-labore	510	660
Bônus	776	-
Benefício pós emprego	41	53
Encargos	97	93
Outros benefícios	79	103
Total	1.503	909

Em 30 de abril de 2021 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$4.690.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020	Adições	Baixas	31/03/2021
Custo					
Máquinas e equipamentos	12,6	69.423	87	(27)	69.482
Móveis e utensílios	10	14.658	6	(44)	14.619
Veículos	20	973	-	(126)	847
Equipamentos de informática	20	29.978	-	(41)	29.937
Imobilizado em andamento		829	-	-	829
		115.861	92	(238)	115.715
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(40.883)	(1.476)	24	(42.335)
Móveis e utensílios		(8.233)	(311)	33	(8.511)
Veículos		(568)	(22)	126	(464)
Equipamentos de informática		(16.917)	(947)	41	(17.823)
		(66.601)	(2.756)	223	(69.134)
Imobilizado líquido		49.260	(2.664)	(15)	46.582

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2020
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,6	68.172	1.357	(93)	(13)	69.424
Móveis e utensílios	10	14.646	331	(319)	-	14.657
Veículos	20	678	295	-	-	973
Equipamentos de informática	20	29.274	429	(74)	349	29.978
Imobilizado em andamento		-	829	-	-	829
		112.770	3.241	(486)	336	115.861
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(35.059)	(6.057)	88	144	(40.883)
Móveis e utensílios		(7.210)	(1.280)	257	-	(8.233)
Veículos		(540)	(29)	-	-	(568)
Equipamentos de informática		(13.084)	(3.864)	32	-	(16.917)
		(55.893)	(11.229)	377	144	(66.601)
Imobilizado líquido		56.877	(7.988)	(109)	480	49.260

(*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de

recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2021.

10. INTANGÍVEL

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/03/2021
Custo				
Software	35.295	3	-	35.298
Investimento na concessão (a)	843.053	9.600	-	852.653
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (b)	393.310	-	-	393.310
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (c)	1.274.699	-	(3)	1.274.696
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	932.843
Intangível em andamento	75.575	-	-	75.575
	<u>3.554.775</u>	<u>9.604</u>	<u>(3)</u>	<u>3.564.376</u>
Amortização				
Software	(23.913)	(791)	-	(24.704)
Investimento na concessão	(350.350)	(12.294)	8	(362.637)
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(298.333)	(6.710)	-	(305.043)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)	(454.029)	(10.212)	1	(464.240)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(371.361)	(7.297)	-	(378.658)
	<u>(1.497.986)</u>	<u>(37.304)</u>	<u>9</u>	<u>(1.535.281)</u>
Intangível, líquido	<u>2.056.789</u>	<u>(27.700)</u>	<u>6</u>	<u>2.029.095</u>

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2020
Custo					
Software	33.993	409	(1)	894	35.295
Investimento na concessão (a)	758.335	59.787	(193)	25.124	843.053
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (b)	393.310	-	-	-	393.310
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (c)	1.266.655	-	(1.038)	9.082	1.274.699
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	-	932.843
Intangível em andamento	85.287	25.724	-	(35.436)	75.575
	<u>3.470.423</u>	<u>85.920</u>	<u>(1.232)</u>	<u>(336)</u>	<u>3.554.775</u>
Amortização					
Software	(20.717)	(3.197)	1	-	(23.913)
Investimento na concessão	(303.023)	(47.213)	30	(144)	(350.350)
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(287.487)	(10.846)	-	-	(298.333)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)	(396.031)	(58.364)	366	-	(454.029)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(342.526)	(28.835)	-	-	(371.361)
	<u>(1.349.784)</u>	<u>(148.455)</u>	<u>397</u>	<u>(144)</u>	<u>(1.497.986)</u>
Intangível, líquido	<u>2.120.639</u>	<u>(62.535)</u>	<u>(835)</u>	<u>(480)</u>	<u>2.056.789</u>

(*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação.

a) Investimento na concessão

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1 e 2.

b) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

Direito de concessão referente à Outorga Principal R\$230.370 e Outorga Suplementar R\$162.940 (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea “b”, Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Aditivo.

c) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na Nota explicativa 13, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

d) Concessão decorrente de aquisição de controle

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

e) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2021.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) projeção de demanda considerando os impactos da pandemia do COVID-19 (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital – WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária.

As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 10,6% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,07% para 2021 e de 3,00% para o longo prazo.

11. FORNECEDORES

	31/03/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais (a)	88.526	103.957
Fornecedores internacionais	959	1.148
Total	89.485	105.105

- (a) Em 28 de julho de 2020, foi constituído pela controladora Invepar o INVP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (“FIDC”) com o objetivo de captar recursos para aquisição preponderantemente em Direitos Creditórios nos termos da política de investimento e fortalecer os fornecedores da Companhia de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado dos títulos em aberto. Em 31 de março de 2021, o montante de R\$ 15.297 refere-se a contratos firmados entre a Companhia e seus fornecedores de bens e serviços que tiveram seus recebíveis antecipados juntos ao FIDC.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/03/2021		31/12/2020	
					Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES Direto 3								
Subcrédito “A”	TJLP	1,72%	15/10/2024	1,73%	-	-	-	111.576
Subcrédito “C”	TJLP	1,72%	15/09/2024	1,73%	-	-	-	63.136
Banco do Brasil	DI	230,20%	(*)	230,20%	-	-	-	18.011
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,08%	-	-	-	213.775
Subtotal					-	-	-	406.498
Custo de captação					-	-	-	(119)
Aplicação financeira vinculada*					-	-	-	(23.192)
Total					-	-	-	383.187
Debêntures								
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	88.909	-	88.909	93.280
Debênture 1	DI	3,10%	12/03/2023	9,69%	-	-	-	582.191
Debênture 2	IPCA	7,08%	15/12/2031		28.568	1.200.000	1.228.568	-
Subtotal					117.477	1.200.000	1.317.477	675.471
Custo de captação					(8.175)	(79.420)	(87.595)	(3.751)
Total					109.302	1.120.580	1.229.882	671.720
Total geral					109.302	1.120.580	1.229.882	1.054.907

(*) O valor de aplicação vinculada foi utilizado integralmente para quitação da dívida.

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

	31/12/2020	Adições		Amortização			Transferência	31/03/2021
		Captação	Juros	Principal	Juros*	Custo de captação		
Passivo circulante								
BNDES III								
Subcrédito "A"	29.281	-	887	(111.341)	(1.188)	-	82.295	-
Subcrédito "C"	16.961	-	502	(62.965)	(672)	-	46.175	-
Caixa Econômica Federal	213.775	-	2.304	(213.247)	(2.833)	-	-	-
Banco do Brasil	18.011	-	130	(18.000)	(141)	-	-	-
Custos de captação	(54)	-	-	-	-	119	(65)	-
Debêntures								
Debênture - LAMSA	93.280	-	1.565	(4.965)	(971)	-	-	88.909
Debênture 1	582.191	-	4.390	(550.000)	(36.581)	-	-	-
Debênture 2	-	-	28.568	-	-	-	-	28.568
Custos de captação	(3.751)	-	-	-	-	(4.424)	-	(8.175)
Subtotal	949.694	-	38.347	(960.518)	(42.386)	(4.305)	128.405	109.302
Passivo não circulante								
Empréstimos								
BNDES III								
Subcrédito "A"	82.295	-	-	-	-	-	(82.295)	-
Subcrédito "C"	46.175	-	-	-	-	-	(46.175)	-
Custos de captação	(65)	-	-	-	-	-	65	-
Debêntures								
Debênture 2	-	1.200.000	-	-	-	-	-	1.200.000
Custos de captação	-	-	-	-	-	(79.420)	-	(79.420)
Subtotal	128.405	1.200.000	-	-	-	(79.420)	(128.405)	1.120.580
Total geral (**)	1.078.099	1.200.000	38.347	(960.518)	(42.386)	(83.725)	-	1.229.882

	31/12/2019 (Reapresentado)	Adições		Amortização			Transferência	31/12/2020
		Captação	Juros	Principal	Juros*	Custo de captação		
Passivo circulante								
Empréstimos								
BNDES III								
Subcrédito "A"	23.474	-	7.084	(5.787)	(1.859)	-	6.369	29.281
Subcrédito "C"	13.485	-	4.005	(3.333)	(1.052)	-	3.856	16.961
Caixa Econômica Federal	10.858	-	17.053	(10.374)	(17.075)	-	213.313	213.775
Banco do Brasil	-	18.000	940	-	(929)	-	-	18.011
Custos de captação	(70)	-	-	-	-	70	(54)	(54)
Debêntures								
Debênture - LAMSA	95.287	-	8.534	(6.424)	(4.117)	-	-	93.280
Debênture 1	177.961	-	40.569	-	(48.839)	-	412.500	582.191
Custos de captação	(1.527)	-	-	-	-	1.527	(3.751)	(3.751)
Subtotal	319.468	18.000	78.185	(25.918)	(73.871)	1.597	632.233	949.694
Passivo não circulante								
Empréstimos								
BNDES III								
Subcrédito "A"	88.664	-	-	-	-	-	(6.369)	82.295
Subcrédito "C"	50.031	-	-	-	-	-	(3.856)	46.175
Caixa Econômica Federal	213.313	-	-	-	-	-	(213.313)	-
Custos de captação	(119)	-	-	-	-	-	54	(65)
Debêntures								
Debênture 1	412.500	-	-	-	-	-	(412.500)	-
Custos de captação	(3.751)	-	-	-	-	-	3.751	-
Subtotal	760.638	-	-	-	-	-	(632.233)	128.405
Total geral (**)	1.080.106	18.000	78.185	(25.918)	(73.871)	1.597	-	1.078.099

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(**) Valores brutos das aplicações financeiras, conforme quadro anterior.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento:

	31/03/2021
2023	94.667
2024	112.874
2025	125.245
2026	172.951
2027 em diante	614.843
	<u>1.120.580</u>

BNDES

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto III”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidem juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal. O subcrédito “B” foi liquidado em 15 de dezembro de 2017.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.960, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$15.489, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e
 - Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos

de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Em 31 de março de 2021, este contrato encontra-se quitado.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “III”, FINEP e Caixa Econômica Federal foram capitalizados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. Em 31 de março de 2021, este contrato encontra-se quitado.

Banco do Brasil

Em 26 de março de 2020 o MetroRio tomou capital de giro com o Banco do Brasil no valor de R\$ 18.000. Sobre o saldo devedor, incidem juros correspondentes a 419% do CDI. O vencimento da linha de crédito é trimestral com renovação automática. Em 31 de março de 2021, este contrato encontra-se quitado.

Debêntures

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 2 anos contados da Data de Emissão, liquidado, portanto, em 11 de março de 2018.

- Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.
- Em 12 de março de 2018, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 8ª Emissão de Debêntures, composta por 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 meses (sessenta meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 13 de março de 2023.

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
	BNDES	EBITDA/RF*	≥ 2	Anual
	Debenture 2	ICSD	≥ 2	Anual a partir de dez/2023

*Resultado Financeiro

Em 31 de dezembro de 2020, não houve atingimento do ICSD e do indicador dívida/EBITDA. Por esse motivo, a dívida da Companhia foi reclassificada para o curto prazo. A Companhia emitiu, em 15 de janeiro de 2021, a 9ª emissão de debêntures, cujos recursos foram ou serão destinados ao pré-pagamento de todas as atuais dívidas do Metrô Rio, reembolso de gastos e despesas.

- Em 15 de janeiro de 2021 o MetrôRio emitiu 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal unitário de R\$1 perfazendo o montante de R\$ 1.200.000. A captação dos recursos ocorreu em 10 de fevereiro de 2021 em seu montante integral.

As debêntures terão prazo de vigência de 10 (dez) anos e 11 (onze) meses contados da data de emissão, vencendo-se portanto em 15 de dezembro de 2031. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,0857% ano. Os recursos desta emissão foram destinados ao pré-pagamento de todas as atuais dívidas do MetrôRio, reembolso de gastos e despesas.

Hipóteses de Vencimento Antecipado

- Os contratos de financiamento na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas Linha Amarela S.A. (LAMSA), Concessionária Litoral Norte S.A. (CLN) e Concessionária do Aeroporto de Guarulhos S.A. (GRU AIRPORT) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas, MetrôBarra S.A. (MetrôBarra), CLN e GRU AIRPORT possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas LAMSA, GRU AIRPORT e CLN possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia, na controladora Invepar e nas partes relacionadas LAMSA, CLN, Metrô, CLN e GRU AIRPORT possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, poderia ocasionar o vencimento antecipado da dívida pelo acionamento de cláusulas de “cross default” com efeito na Companhia e em outras empresas do grupo Invepar. Nesse caso, como as dívidas com descumprimento de índices financeiros já foram liquidadas, não há que se falar em vencimento cruzado.

Rebaixamento de rating – Partes relacionadas

A Companhia é uma empresa integrante do mesmo grupo econômico da Linha Amarela S.A – Lamsa, sendo empresa controlada integralmente pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (Grupo INVEPAR), controladora direta do METRÔRIO.

Em 08 de novembro de 2019, a Moody's rebaixou os ratings atribuídos às debêntures da Linha Amarela S.A. - Lamsa de Baa1.br, para Ba3.br na escala nacional brasileira. Conforme tal relatório, não houve aumento de risco operacional ou perda de tráfego e a queda do rating foi em decorrência de atos tomados pelo Poder Concedente.

Em 08 de abril de 2020, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA, passando de 'BA3 - br' para 'B2 - br' na escala nacional. O rating na escala global foi mantido em 'B3'. A ação de rating atual deriva do momento sem precedentes vivenciado pela economia global devido à rápida e crescente disseminação do surto de Coronavírus – Covid-19 – gerando impacto no fluxo de veículos da concessão e, conseqüentemente, em seu risco de crédito.

A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "Baa1.br", portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária convocação de Assembleia Geral de Debenturistas – AGD.

Na AGD de 31 de julho de 2020, os debenturistas deliberaram sobre a não declaração de vencimento antecipado das debêntures em razão dos rebaixamentos da classificação de risco atribuído à Emissão com renúncia temporária da cláusula de rating mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses.

Em 21 de setembro de 2020, em decorrência da decisão do Superior Tribunal de Justiça, do dia 15 de setembro de 2020, que suspendeu as liminares que impediam a encampação da concessão da via expressa Linha Amarela, objeto de contrato entre a LAMSA e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, a agência de classificação de riscos Moody's Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA ("Emissão" ou "Debêntures"), passando de 'B2.br' para 'Caa1.br' na escala nacional, e de 'B3' para 'Caa1' na escala global. Esse rebaixamento não gera impacto na emissão de debêntures, dada a aprovação mencionada no parágrafo anterior.

Em 31 de dezembro de 2020, não houve quebra de covenants financeiros na Lamsa, mas devido ao processo de encampação da LAMSA, as debêntures foram reclassificadas para o circulante.

No cenário, em que haja o vencimento das debêntures e a dívida não seja quitada pela LAMSA, a fiança da Companhia poderá ser chamada, sendo que esta fiança está limitada a R\$ 88.909.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038) (a)	<u>17.900</u>	<u>17.219</u>
	17.900	17.219

(a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038)

O montante de R\$17.900 (R\$17.219 em 31 de dezembro de 2020) registrado no passivo não circulante referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a

Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Movimentação da concessão:

	31/12/2020	Atualização do resultado	31/03/2021
Outorga (a)	17.219	681	17.900
Não Circulante	17.219	681	17.900

(a) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo.

	31/12/2019	Atualização do resultado	31/12/2020
Outorga (a)	2.255	(2.255)	-
Circulante	2.255	(2.255)	-
Outorga (b)	8.715	8.504	17.219
Não Circulante	8.715	8.504	17.219
Total	10.970	6.249	17.219

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo (*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	5.229.910
Total	6.093.927

(*) Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

14. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza do risco	31/03/2021	31/12/2020
Trabalhistas (a)	13.540	13.493
Tributários (b)	14.451	13.622
Cíveis (c)	4.371	4.281
Outros	385	331
Total	32.747	31.728

Movimentação das provisões

Natureza do risco	31/12/2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/03/2021
Trabalhistas	13.493	1.304	(4.135)	2.878	13.540
Tributários	13.622	822	-	7	14.451
Cíveis	4.281	106	(164)	148	4.371
Outros	331	54	-	-	385
Total	31.728	2.232	(4.299)	3.033	32.747

Natureza do risco	31/12/2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2020
Trabalhistas	13.171	2.087	(3.757)	1.992	13.493
Tributários	10.650	3.264	(292)	-	13.622
Cíveis	2.693	2.069	(812)	331	4.281
Outros	299	-	-	33	331
Total	26.813	7.420	(4.861)	2.356	31.728

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Em 31 de março de 2021, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$96.105 (R\$113.355 em 31 de dezembro de 2020).

b) Riscos tributários

Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado, o montante de R\$10.650 em 31 de março de 2021 (R\$10.650 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de março de 2021, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$34.720 (R\$36.652 em 31 de dezembro de 2020).

c) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 31 de março de 2021, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$37.144 (R\$35.550 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, em 01 de abril de 2019, o Ministério Público protocolou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, contra o consórcio vencedor da licitação da Linha 04 do sistema metroviário do Rio de Janeiro e outros réus associados, dos quais as empresas do grupo INVEPAR não faziam parte. Dentre as alegações citadas pelo Ministério Público, é mencionada irregularidades da subconcessão da operação à Concessionária MetrôRio e locação de material rodante da MetrôBarra.. Em novembro de 2020, a controladora INVEPAR foi citada no processo e passou a figurar em seu polo passivo. Por cuidado, no mês seguinte, METRÔRIO e METRÔBARRA tomaram ciência da ação e se deram por citados. De forma tempestiva, em janeiro de 2021 a INVEPAR, METRÔRIO e METRÔBARRA protocolaram suas defesas em relação às alegações do Ministério Público. A administração da INVEPAR, METRÔRIO e METRÔBARRA, assessorada pelo seu corpo jurídico, defende que há ilegitimidade passiva para as empresas METRÔRIO, METRÔBARRA e INVEPAR, além de estarem ausentes quaisquer elementos concretos que liguem a INVEPAR aos escândalos de corrupção na obra do Metrô. Adicionalmente, entende-se que a prescrição pelo prazo de 5 anos, previsto no art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa, chegou a termo em 2015, tendo em vista que a assinatura do contrato se deu em 25 de fevereiro de 2010.

d) Riscos regulatórios

Em 18 de abril de 2018, a Companhia foi citada em uma ação para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSP, que segundo o autor, teria gerado um crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 197.943. O autor pleiteia a procedência dos pedidos para obrigar a Companhia a realizar investimentos e/ou melhorias no sistema metroviário no valor do crédito, ou a condenação da Companhia à recomposição do desequilíbrio por meio de pagamento ao Estado do Rio de Janeiro. A Companhia avaliou como possível o prognóstico de perda. O processo em questão segue apensado à Ação Anulatória de Ato Administrativo proposta pela Companhia, que requereu a anulação da decisão proferida pela AGETRANSP, bem como a anulação de todos os seus efeitos.

Em 31 de março de 2021, as perdas regulatórias possíveis estavam estimadas em R\$318.761 (R\$312.600 em 31 de dezembro de 2020).

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos recursais	17.446	15.575
Depósitos judiciais - embargos de terceiros (a)	<u>11.781</u>	<u>11.419</u>
	<u>29.227</u>	<u>26.994</u>

a) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma, a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

Em 31 de março de 2021, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$11.781 (R\$11.419 em 31 de dezembro de 2020).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

Em 22 de fevereiro de 2021, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 23.000, mediante a emissão de 28.305.093 novas ações ordinárias, integralizadas mediante a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital.

Em 31 de março de 2021, o capital social é de R\$1.367.160, dividido em 1.475.203.872 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia utilizou esta reserva no montante de R\$538 para absorver o prejuízo do exercício.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor

destes dividendos.

Em 31 de março de 2021, o saldo de dividendos a pagar somava R\$2.557 (R\$2.557 em 31 de dezembro de 2020), referente a dividendos destinados em 2018.

d) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia utilizou essa reserva no montante de R\$1.472 para absorver o prejuízo do exercício.

e) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital, conforme abaixo:

<u>Data</u>	<u>Valor</u>
29/09/2020	1.000
16/10/2020	10.600
23/10/2020	4.000
29/10/2020	1.400
19/11/2020	4.000
27/11/2020	2.000
<u>Total</u>	<u>23.000</u>

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita com passagens	95.560	167.560
Receitas acessórias	9.401	7.329
Receita O&M	-	6.907
Impostos, deduções e cancelamentos	(4.095)	(5.575)
Receita de serviços líquidas	<u>100.866</u>	<u>176.221</u>

Custos e Despesas por natureza

	31/03/2021	31/03/2020
Pessoal	(48.771)	(59.964)
Conservação e manutenção	(35.260)	(21.619)
Despesas administrativas	(15.380)	(18.663)
Operacionais	(7.787)	(10.327)
Energia elétrica	(25.159)	(29.212)
Depreciação e amortização	(40.060)	(39.701)
Outras receitas e despesas operacionais	1.135	(392)
	<u>(171.281)</u>	<u>(179.878)</u>
Custo de serviços prestados	(132.915)	(135.185)
Despesas gerais e administrativas	(39.326)	(44.903)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	961	210
	<u>(171.281)</u>	<u>(179.878)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras		
Juros ativos	29	12
Juros sobre aplicações financeiras	3.530	16.729
Varição monetária ativa	2.362	834
Variações cambiais ativas	473	608
Total receitas financeiras	<u>6.394</u>	<u>18.183</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(7.777)	(188)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.908)	(7.181)
Varição monetária passiva	(1.124)	(528)
Variações cambiais passivas	(202)	(1.550)
Juros sobre debêntures	(32.958)	(10.318)
Juros com partes relacionadas	(1.844)	(2.112)
Outros	(6.120)	(4.774)
Total despesas financeiras	<u>(53.933)</u>	<u>(26.651)</u>
Total resultado financeiro	<u>(47.539)</u>	<u>(8.468)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2021	31/03/2020
Resultado básico e diluído por ação		
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(78.346)	(6.342)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.458.666	1.446.899
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,054)</u>	<u>(0,004)</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2021, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de março de 2021, os principais seguros contratados são:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora
D&O	100.000.000	04/05/2021	04/05/2022	STARR
RO	280.000.000	01/08/2020	01/08/2021	TOKIO
RCG	100.000.000	01/08/2020	01/08/2021	TOKIO
AUTO FROTA	TABELA FIPE	24/08/2020	24/08/2021	PORTO SEGURO
TRANSPORTE NACIONAL	4.000.000	28/02/2021	28/02/2022	SURA
TRANSPORTE INTERNACIONAL	US\$ 3,000,000	28/02/2021	28/02/2022	SURA
GARANTIA JUDICIAL	7.211.077	08/06/2018	08/06/2021	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	7.497.619	14/07/2019	14/07/2022	TOKIO
GARANTIA JUDICIAL	2.439.058	23/11/2019	23/11/2022	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	537.131	25/10/2018	25/04/2021	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	3.560.795	14/08/2019	14/08/2021	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	1.920.000	28/02/2019	28/02/2024	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	1.025.940	23/05/2019	23/05/2024	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	701.179	18/12/2019	18/12/2022	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	25.455.429	06/02/2020	06/02/2025	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	1.161.362	11/02/2020	11/02/2023	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	40.522.752	03/04/2020	03/04/2025	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	132.893	26/05/2020	26/05/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	122.113	04/06/2020	04/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	134.920	02/06/2020	02/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	300.202	15/06/2020	15/06/2025	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	286.135	17/06/2020	17/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	541.439	19/06/2020	19/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	118.712	25/06/2020	25/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	514.251	01/07/2020	01/07/2023	Fator
GARANTIA JUDICIAL	159.405	16/07/2020	16/07/2023	Fator
GARANTIA JUDICIAL	1.017.519	03/08/2020	04/08/2025	Ezze
GARANTIA JUDICIAL	874.722	16/08/2020	17/08/2025	Ezze

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

O MetrôRio tem contratada uma carta de fiança com o Banco ABC Brasil para prestação de garantia aos contratos de fornecimento de energia com a Rio Paranapanema para a linha 4 no valor de R\$2.934.

21. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo a dois contratos de fornecimento de energia elétrica com a Rio Paranapanema Energia S.A.

O primeiro, celebrado em 26 de janeiro de 2009, a fim de atender o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, foi convencionado por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período

de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

O segundo contrato, celebrado em 9 de maio de 2016, visa suprir a demanda da Linha 4 no período entre 1º de agosto de 2016 e 31 de julho de 2021.

A Companhia também possui um contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, CRB e o MetrôBarra (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	142.147	-	15.487	-
Aplicações financeiras	18.043	-	49.259	-
Contas a receber	-	17.054	-	20.698
Partes relacionadas	-	100	-	100
Total do ativo	160.190	17.154	64.746	20.798
Passivos				
Fornecedores	-	89.485	-	105.105
Partes relacionadas	-	96.175	-	32.709
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.229.882	-	1.054.907
Concessão de serviço público	-	17.900	-	17.219
Obrigações com empregados e administradores	-	23.560	-	21.269
Total do passivo	-	1.457.003	-	1.231.209

b) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das aplicações financeiras com indexador dólar.

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	2,69%	2,02%	1,35%
DI Passivo (% ao ano)	2,69%	3,36%	4,04%
TR Passivo (% ao ano)	0,10%	0,13%	0,15%
TJLP (% ao ano)	4,24%	5,30%	6,36%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$5,32	R\$3,99	R\$2,66
IPCA Passivo (% ao ano)	2,98%	3,73%	4,47%

Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Empresa	Risco/ indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	131.791	3.545	2.659	1.773
Aplicações financeiras circulante					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	18.043	485	364	243
TOTAL		131.791	3.545	2.658	1.773

g) Gestão do capital

Empresa	Risco/ indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Debênture LAMSA (CEF)	TR	88.909	89	108	137
Debêntures 2	DI	1.228.568	33.048	41.311	49.573
TOTAL		1.317.477	33.137	41.419	49.710

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/03/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.229.882	1.054.907
Caixa e equivalentes de caixa	(142.147)	(15.487)
Aplicações financeiras	(18.043)	(56.499)
Dívida líquida	1.069.691	982.921
Patrimônio líquido	1.059.263	1.137.610
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.128.954	2.120.531

h) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de março de 2021	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	109.302	119.484	1.001.096	1.229.882
Fornecedores	89.485	-	-	89.485
Concessão de serviço público	-	17.900	-	17.900

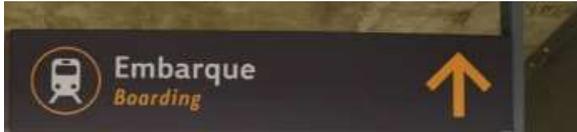
23. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia apresentou as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/03/2021	31/12/2020
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	1.197	2.262

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 07 de maio de 2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o sétimo termo aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens: (i) a resolução consensual para extinção de certos processos judiciais que têm por objeto desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato de Concessão em favor do Poder Concedente; e (ii) fixação da nova tarifa em R\$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, a ser aplicada a partir de 11 de maio de 2021.



1T21

Release de Resultados

Relações com Investidores

DRI@metrorio.com.br

<http://metrorio.ri.invepar.com.br>

Destques

O NÚMERO DE PASSAGEIROS PAGANTES, LINHAS 1 E 2, CAIU 47,7% NO 1º TRIMESTRE

- O número de passageiros pagantes das Linhas 1 e 2 no 1T21 foi de 19,2 milhões, menor em 17,4 milhões quando comparado ao 1T20, impactado pela menor circulação de passageiros, devido à adoção de medidas de isolamento social.

O EBITDA TOTALIZOU REDUÇÃO R\$ 30,3 MILHÕES NO 1T21, QUEDA DE 183,9% EM RELAÇÃO AO 1T20

- A queda do EBITDA está relacionada com os efeitos adversos provocados pela pandemia do Coronavírus.

O RESULTADO DO EXERCÍCIO FOI PREJUÍZO DE R\$ 78,3 MILHÕES

- O resultado é explicado pela diminuição das receitas tarifárias, devido à redução no número de passageiros em função das políticas de isolamento social adotadas pelo Estado e Município do Rio de Janeiro, para contenção da transmissão da COVID-19.

Indicadores Seleccionados (Milhões)	1T21	1T20	▲
PAX Pagantes - L1 e L2	19,2	36,6	-47,7%
Receita Líquida (R\$)	100,9	176,2	-42,8%
EBITDA(R\$)	(30,3)	36,0	-183,9%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R\$)	(78,3)	(6,3)	250,8%

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021. A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 1T21. Foram realizadas comparações com o mesmo período de 2020, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.



RESULTADOS

RESULTADOS OPERACIONAIS

Desempenho Operacional (Milhões)	1T21	1T20	▲	mar/21	mar/20	▲
MetrôRio – PAX Pagantes - L1 e L2	19,2	36,6	-47,7%	6,6	9,1	-27,5%
MetrôRio – PAX Transportados - L1, L2 e L4	27,7	53,4	-48,3%	9,6	13,3	-28,0%

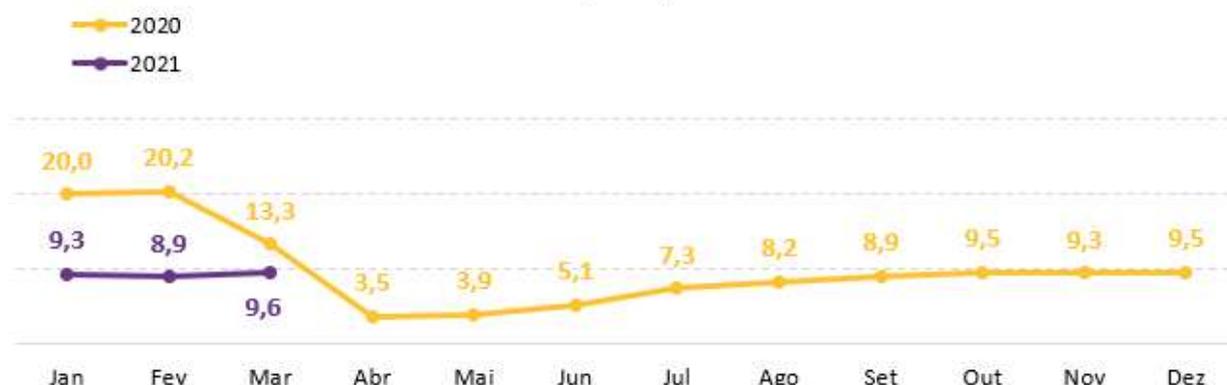
No primeiro trimestre de 2021, as Linhas 1, 2 e 4 do sistema de metrô do Rio de Janeiro transportaram (pagantes e não pagantes) 27,7 milhões de passageiros, representando uma queda de 48,3% em relação ao mesmo período de 2020. No resultado do mês de março de 2021, a redução é menor, na ordem de 28,0%. A frustração de demanda decorre ainda das medidas de isolamento social.



Em relação aos passageiros pagantes nas Linhas 1 e 2, verificamos uma diminuição de 47,7% no 1T21 em relação a 1T20 e de 27,5% no mês de março deste ano comparado com o ano passado. Esta queda em relação ao ano anterior também reflete os impactos da COVID-19 e os consequentes efeitos do distanciamento social adotado.



PAX Transportados - Linhas 1, 2 e 4 (milhões)



RESULTADOS FINANCEIROS

Na tabela abaixo estão listados os principais índices que auxiliarão no entendimento dos resultados financeiros da Companhia, apresentados a seguir.

Inflação, Câmbio e Juros	1T21	1T20	▲
Dólar Final do Período (R\$)	5,70	5,20	9,6%
CDI Final do Período	2,65%	3,65%	-1,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	2,21%	5,42%	-3,2 pp
TR Final do Período	0,00%	0,00%	0,0 pp
TR Acumulado	0,00%	0,00%	0,0 pp
TJLP Final do Período	4,39%	5,09%	-0,7 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	4,70%	5,72%	-1,0 pp

<https://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpeq.asp?id=txcotacao>

http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

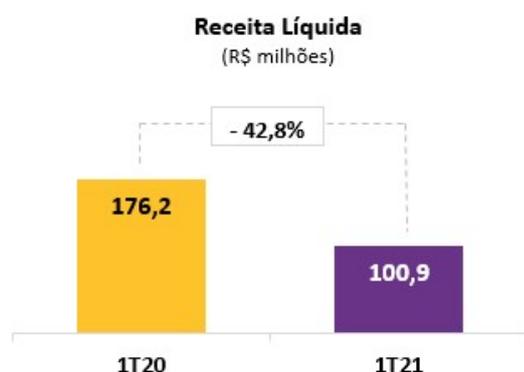
Receitas

Receita Operacional (R\$ Milhões)	1T21	1T20	▲
Receitas Tarifárias	95,6	167,6	-43,0%
Receitas Não Tarifárias	9,4	14,2	-33,8%
Receita Bruta	105,0	181,8	-42,3%
Deduções da Receita Bruta	(4,1)	(5,6)	-27,3%
Receita Líquida	100,9	176,2	-42,8%

Em março de 2021, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), com base no contrato de concessão, autorizou um aumento da tarifa no MetrôRio em até 26%, passando de R\$ 5,00 para R\$ 6,30, com vigência a partir de 02 de abril de 2021. Entretanto, em função da crise provocada pela



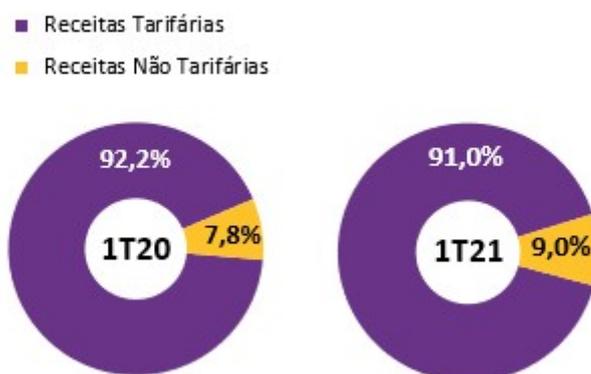
disseminação do novo Coronavírus, o MetrôRio, em conjunto com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, assinou termo aditivo ao Contrato de Concessão que, dentre outras coisas, estabeleceu a tarifa de R\$ 5,80, a partir do dia 11 de maio de 2021.



No 1º trimestre de 2021, a Receita Líquida da Companhia diminuiu 42,8%, totalizando R\$ 100,9 milhões. Esta queda é explicada pela forte redução de passageiros devido ao isolamento social decretado pelo Poder Público como forma de combater o contágio pela COVID-19, reduzindo em 43% as receitas tarifárias do período.

As Receitas Tarifárias representam mais de 90% do total de receitas operacionais da Companhia. Como exemplos de Receitas Não Tarifárias temos: arrecadação com “*co-location*” (antenas de operadoras de celular e roteadores *Wi-Fi* nas estações), aluguel de espaço físico e publicitário, venda de casco do Cartão Giro e contratos de parcerias por associação da marca do contratante ao MetrôRio, além da receita de operação e manutenção da Linha 4.

Receita Bruta Tarifária e Não Tarifária



Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	1T21	1T20	▲
Pessoal	(48,8)	(60,0)	-18,7%
Conservação & Manutenção	(35,3)	(21,6)	63,0%
Operacionais	(32,8)	(39,5)	-17,0%
Despesas Administrativas	(14,3)	(19,1)	-24,7%
Depreciação & Amortização	(40,1)	(39,7)	0,8%
Custos & Despesas Operacionais	(171,3)	(179,9)	-4,8%

Os Custos e Despesas operacionais do MetrôRio reduziram 4,8% no 1T21. Os gastos com pessoal tiveram decréscimo de 18,7% devido a redução do quadro funcional em virtude da reestruturação operacional adequada à nova demanda de passageiros. Em Conservação & Manutenção, o aumento de 63,0% está relacionado com gastos elevados na manutenção dos trens, devido ao processo natural de desgaste.

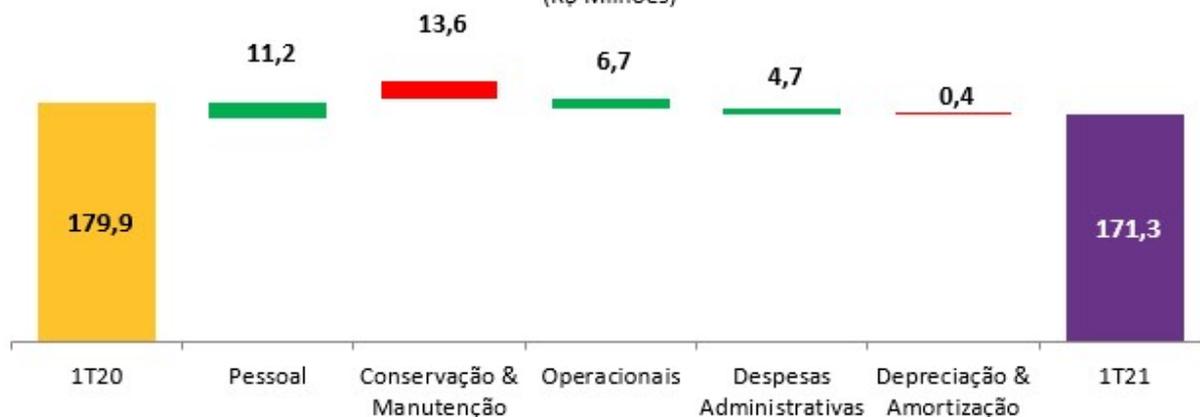


Composição dos Custos e Despesas Operacionais



A redução de 17% nos custos operacionais resulta da realização de uma menor quantidade de ações corretivas e preventivas não essenciais, ou seja, sem impactos para a confiabilidade das operações, e de um menor consumo de energia devido à redução da distância percorrida pelos trens, em função da adequação do modelo operacional à nova demanda de passageiros resultante da pandemia. Já nas Despesas Administrativas, a queda de 24,7% é explicada pela redução nos serviços compartilhados, além de redução de provisões estimadas para locação e telecomunicações, em relação ao período do 1T20.

Variação dos Custos e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)



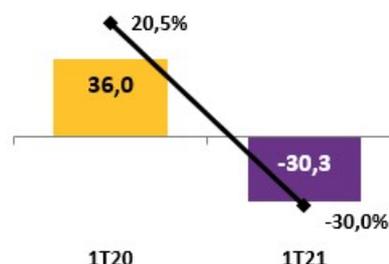
EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	1T21	1T20	▲
Lucro (Prejuízo) do período	(78,3)	(6,3)	1142,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	47,5	8,5	465,5%
(+) IRPJ & CSLL	(39,6)	(5,8)	594,7%
(+) Depreciação & Amortização	40,1	39,7	0,8%
EBITDA Instrução CVM Nº 527/12	(30,3)	36,0	-183,9%
Receita Líquida	100,9	176,2	-42,8%
Margem EBITDA (%)	-30,0%	20,5%	-50,4 p.p



A Companhia registrou um EBITDA de R\$ 30,3 milhões negativos no 1T21, representando uma queda de 183,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA apresentou variação negativa de 50,4 pontos percentuais em relação ao 1T20, atingindo -30%. Essa redução é decorrente, principalmente, dos efeitos adversos da pandemia do Coronavírus nos negócios, que provocaram redução relevante na Receita Operacional Líquida no montante de R\$ 75,4 milhões.

EBITDA e Margem EBITDA
(R\$ Milhões)



Variação do EBITDA
(R\$ Milhões)



Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	1T21	1T20	▲
Resultado Financeiro Líquido	(47,5)	(8,5)	493,8%
Receitas Financeiras	6,4	18,2	-65,2%
Juros	3,6	16,7	-79,0%
Variação monetária e cambial	2,8	1,4	100,0%
Despesas Financeiras	(53,9)	(26,7)	102,6%
Juros	(39,8)	(24,2)	65,1%
Variação monetária e cambial	(1,3)	(2,1)	-35,0%
Outros	(12,8)	(0,4)	3075,0%

O Resultado Financeiro Líquido do primeiro trimestre de 2021 piorou na comparação com o mesmo período do ano passado. A diminuição dos juros da receita financeira acompanhou a queda nos indicadores que remuneram esses ativos financeiros. Além disso, houve aumento nas despesas financeiras principalmente por conta dos custos para a nova emissão de debêntures, mais detalhada no capítulo de Endividamento deste *Release*.

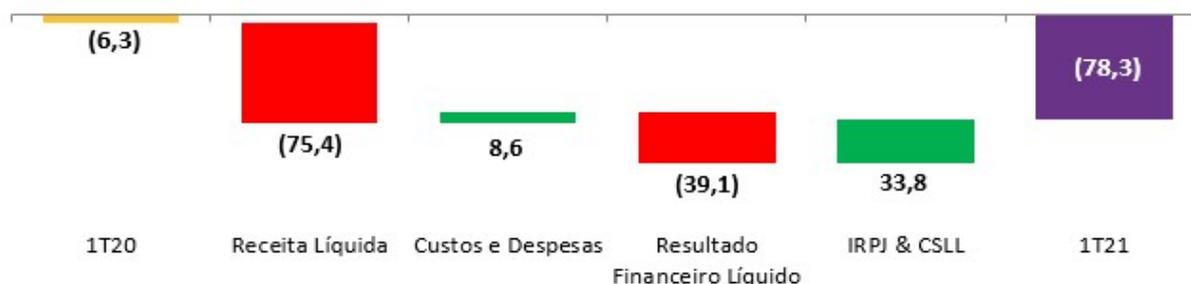


Resultado do Exercício

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	1T21	1T20	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(78,3)	(6,3)	1142,9%

O MetrôRio apurou prejuízo de R\$ 78,3 milhões no primeiro trimestre de 2021. Isto ocorreu, principalmente pela queda nas receitas tarifárias em função das medidas de isolamento social em vigor no Estado do Rio de Janeiro, o que impactou negativamente o fluxo de passageiros.

Evolução do Resultado do Exercício (R\$ Milhões)



ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	1T21	1T20	▲
Dívida Bruta	(1.229,9)	(1.022,0)	20,3%
Curto Prazo	(109,3)	(341,4)	-68,0%
Empréstimos e Financiamentos	-	(65,9)	-100,0%
Debêntures	(109,3)	(275,5)	-60,3%
Longo Prazo	(1.120,6)	(680,6)	64,6%
Empréstimos e Financiamentos	-	(317,2)	-100,0%
Debêntures	(1.120,6)	(363,4)	208,4%
Disponibilidades	160,2	150,6	6,4%
Caixa e equivalentes de caixa	142,1	75,5	88,2%
Aplicações Financeiras	18,0	75,1	-76,0%
Dívida Líquida	(1.069,7)	(871,4)	22,8%

A Dívida Bruta do MetrôRio subiu 20,3% no 1T21 quando comparado ao 1T20. Em janeiro de 2021 a Companhia efetuou sua 9ª emissão de debêntures no valor total de R\$1,2 bilhão com vencimento em 2031, o que alongou o perfil da dívida. A captação de recursos ocorreu em fevereiro, em seu montante integral. Com os recursos desta captação as dívidas anteriores da Companhia com o BNDES, com a Caixa



Econômica Federal, a 8ª emissão de debêntures e o capital de giro com o Banco do Brasil foram quitadas no primeiro trimestre de 2021.

INVESTIMENTOS

R\$ Milhões	1T21	1T20	▲
Adição ao Imobilizado	0,1	0,4	-75,0%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,0	0,5	-100,0%
Investimentos na Concessão	16,1	26,6	-39,8%
Total Investido	16,2	27,5	-41,1%

Nos primeiros três meses de 2021, o MetrôRio investiu R\$ 16,2 milhões, uma redução de 41,1% em relação ao mesmo período de 2020. Esse valor foi destinado, principalmente, para aquisição de peças sobressalentes, benfeitorias em máquinas e equipamentos e equipamentos de operação e infraestrutura, com objetivo de manutenção e confiabilidade da operação. Dentre os projetos mais relevantes deste trimestre, podemos destacar: revitalização das abóbadas do Centro de Manutenção, substituição dos sistemas de detecção de incêndio das estações das linhas 1 e 2 e substituição do banco de baterias, com o objetivo de manter a energia de ativos críticos da operação.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021

Guilherme Walder Mora Ramalho

Diretor de Relações com Investidores



Sobre a Companhia

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

Inaugurado em março de 1979, o metrô do Rio de Janeiro começou transportando meio milhão de pessoas, em uma média diária de 60 mil usuários. Em 1998, a empresa MetrôRio assumiu a administração e a operação das Linhas do metrô carioca e em dezembro de 2009 passou a fazer parte do Grupo Invepar.

A concessionária MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro, totalizando 42 quilômetros e incluindo 36 estações localizadas na Zona Sul, Zona Norte e o Centro.

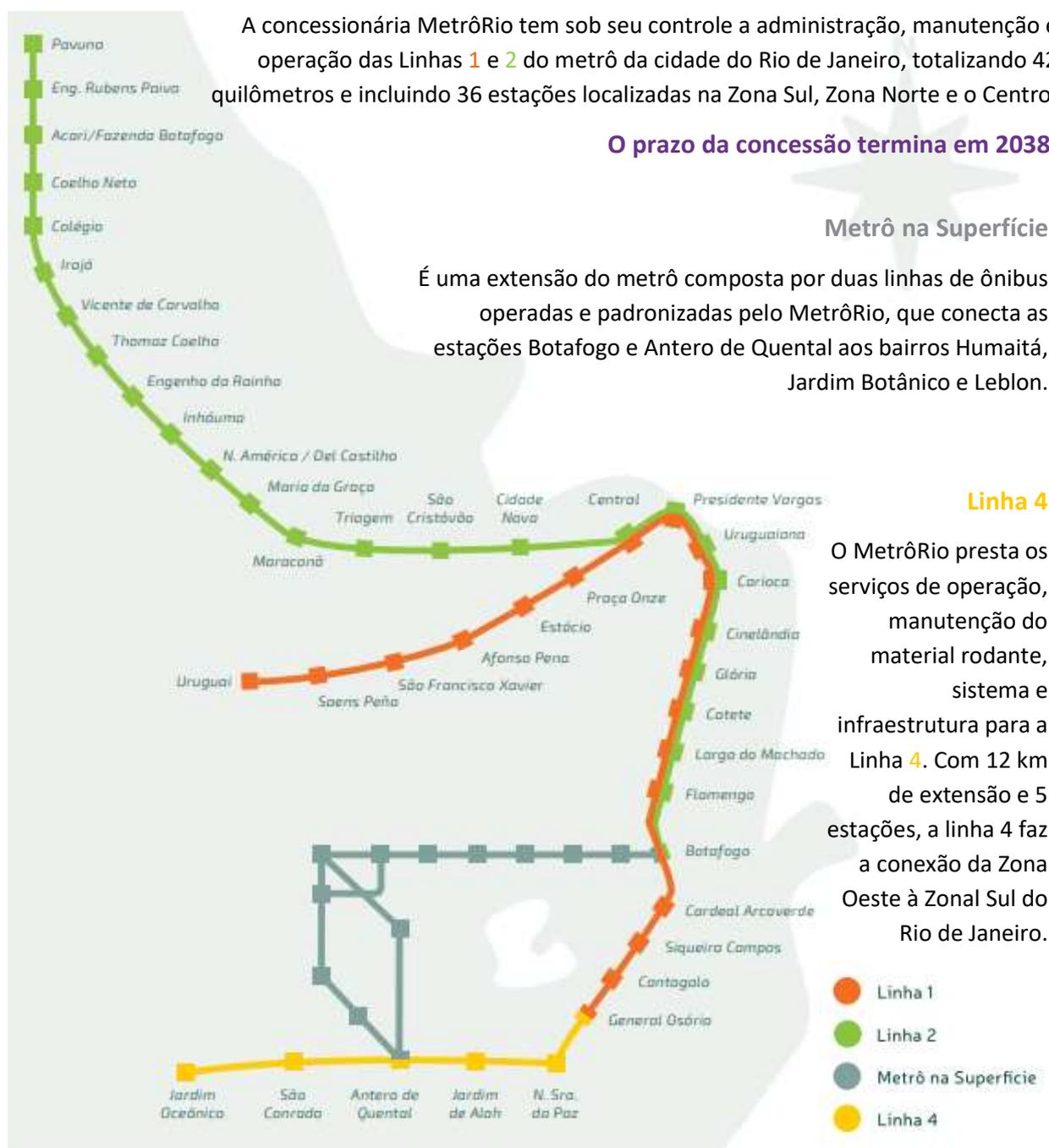
O prazo da concessão termina em 2038.

Metrô na Superfície

É uma extensão do metrô composta por duas linhas de ônibus operadas e padronizadas pelo MetrôRio, que conecta as estações Botafogo e Antero de Quental aos bairros Humaitá, Jardim Botânico e Leblon.

Linha 4

O MetrôRio presta os serviços de operação, manutenção do material rodante, sistema e infraestrutura para a Linha 4. Com 12 km de extensão e 5 estações, a linha 4 faz a conexão da Zona Oeste à Zonal Sul do Rio de Janeiro.



Anexos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	1T21	1T20	▲
Receita Bruta	105,0	181,8	-42,3%
Receitas com Pedágio	95,6	167,6	-43,0%
Receitas Acessórias	9,4	14,2	-33,8%
Deduções da Receita Bruta	(4,1)	(5,6)	-27,3%
Receita Líquida	100,9	176,2	-42,8%
Custos & Despesas	(171,3)	(179,9)	-4,8%
Pessoal	(48,8)	(60,0)	-18,7%
Conservação & Manutenção	(35,3)	(21,6)	63,0%
Operacionais	(32,8)	(39,5)	-17,0%
Despesas Administrativas	(14,3)	(19,1)	-24,7%
Depreciação & Amortização	(40,1)	(39,7)	0,8%
RESULTADO OPERACIONAL	(70,4)	(3,6)	1855,6%
Resultado Financeiro Líquido	(47,5)	(8,5)	465,5%
Receitas Financeiras	6,4	18,2	-65,2%
Juros sobre aplicações financeiras	3,6	16,7	-79,0%
Variação monetária ativa	2,4	0,8	187,5%
Variações cambiais ativas	0,5	0,6	-33,3%
Despesas Financeiras	(53,9)	(26,7)	102,6%
Comissões e despesas bancárias	(7,8)	(0,2)	7600,0%
Juros passivos	(5,0)	(7,2)	-29,6%
Variação monetária passiva	(1,1)	(0,5)	120,0%
Variações cambiais passivas	(0,2)	(1,5)	-86,7%
Juros sobre debêntures	(34,8)	(17,0)	105,9%
Outros	(5,0)	(0,2)	2400,0%
RESULTADO ANTES DE IR & CSL	(118,0)	(12,0)	882,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	1,7	-100,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	39,6	4,1	890,0%
IR & CSL	39,6	5,8	594,7%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(78,3)	(6,3)	1142,9%



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (em R\$ Milhões)	1T21	2020
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	142,1	15,5
Aplicações financeiras	18,0	49,3
Créditos a receber	7,2	10,9
Estoques	79,2	79,1
Impostos a recuperar	6,1	8,8
Adiantamentos	13,6	16,7
Partes relacionadas	0,1	0,1
Outros	0,0	0,0
Total do Circulante	266,5	180,3
Ativo não Circulante		
Aplicações financeiras	-	7,2
Partes relacionadas	0,0	-
Créditos a receber	9,8	9,8
Impostos a recuperar	6,1	6,0
Impostos diferidos ativos	193,9	154,3
Depósitos judiciais	29,2	27,0
Imobilizado	46,6	49,3
Intangível	2.029,1	2.056,8
Total do Não Circulante	2.314,8	2.310,5
TOTAL DO ATIVO	2.581,2	2.490,8

Passivo (em R\$ Milhões)	1T21	2020
Passivo Circulante		
Fornecedores	89,5	105,1
Empréstimos e financiamentos	-	263,7
Debêntures	109,3	671,7
Impostos a recolher	1,7	1,8
Obrigações com empregados e administradores	23,6	21,3
Concessão de serviço público	-	-
Adiantamentos de clientes	22,3	21,8
Dividendos e JSCP	2,6	2,6
Partes relacionadas	96,2	32,7
Outros	-	-
Total do Circulante	345,1	1.120,6
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	119,5
Debêntures	1.120,6	-
Partes Relacionadas	-	58,4
Impostos a recolher	0,3	0,2
Concessão de serviço público	17,9	17,2
Prov. obrigações legais vinculadas a processos judiciais	32,7	31,7
Receita diferida	2,0	2,2
Outros	3,4	3,2
Total do Não Circulante	1.176,9	232,5
TOTAL DO PASSIVO	1.522,0	1.353,1
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.367,2	1.344,2
Reserva legal	0,5	-
Prejuízos Acumulados	(230,1)	-
Resultado do exercício	(78,3)	(229,6)
Total do Patrimônio Líquido	1.059,3	1.114,6
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	23,0
Total do Patrimônio Líquido	1.059,3	1.137,6
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.581,2	2.490,8



Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia do período de três meses findo em 31 de março de 2021.

A DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 12 de maio de 2021, referente às Informações Contábeis Intermediárias da Companhia do período de três meses findo em 31 de março de 2021.

A DIRETORIA